



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



A Educação Escolar Indígena no Município de Atalaia do Norte – AM: Organização, qualidade e funcionamento¹

Neymia Oliveira MELLO²
Marinete Lourenço MOTA³
Neidemara Araújo de SOUZA⁴
Kaio Anderson Fernandes Gomes⁵

Resumo

Este artigo trata de apresentar um recorte da pesquisa realizada no Município de Atalaia do Norte sobre a formação e profissionalização do professor indígena no Alto Solimões. O escopo desta pesquisa foi de compreender a partir dos próprios professores suas concepções quanto a organização, qualidade e funcionamento da educação escolar indígena em seus contextos de trabalho. A fundamentação deste estudo embasou-se em legislações e seus aspectos legais, bem como em autores como Leitão (1999), Almeida e Silva (2003), Brasil (2002), Silva (2016), Grupioni (2006), Freitas (2005; 2000) e Silva (2013). A metodologia se embasou no enfoque qualitativo fenomenológico da pesquisa de campo, utilizando-se do instrumento da entrevista semiestruturada aplicada com professores indígenas da educação básica de Atalaia do Norte, tanto da rede municipal, quanto estadual de ensino. O resultado elucida a importância de um espaço adequado para que ocorra o ensino aprendizagem de qualidade nas comunidades indígenas deste município, além de mostrar as dificuldades encontradas para o desenvolvimento da docência de forma qualificada, abordando as condições de trabalho nas escolas de acordo com suas próprias visões e conceitos de uma educação de qualidade.

Palavras chaves: Educação Indígena. Professor indígena. Escola.

¹ Trabalho apresentado no GT02 - Educação, Políticas Educacionais, Interculturalidade e Formação de Professores Indígenas e não-indígenas na Panamazônia do III Siscultura.

² Graduanda de Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura/UFAM. E-mail: oliveiramelloneymiaatn@gmail.com

³ Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: mlmota71@gmail.com

⁴ Graduanda de Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura/UFAM. E-mail: souzaneidemara@gmail.com

⁵ Graduando de Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura/UFAM. E-mail: kaioanderson.amt@gmail.com



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Introdução

A educação é um processo desenvolvido pelos seres humanos com o intuito de perpetuar conhecimentos já adquiridos ao longo do tempo, para que não necessitemos descobrir a cada geração as mesmas coisas e sim aprimorá-las e vivê-las a cada aprendizado de uma forma diferente. Para Brandão (2007, p. 09).

A educação está em todos os lugares e no ensino de todos os saberes. Assim não existe modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela ocorre e nem muito menos o professor é seu único agente. Existem inúmeras educações e cada uma atende a sociedade em que ocorre, pois é a forma de reprodução dos saberes que compõe uma cultura, portanto, a educação de uma sociedade tem identidade própria.

Diante do exposto podemos afirmar que a educação se faz presente nos mais diferentes ambientes sociais. A escola é um desses espaços privilegiados de oferta de uma educação sistematizada, organizada e intencional. Neste aspecto a educação escolar é também um direito dos indígenas no contexto da legislação educacional e como cidadão brasileiro.

Atalaia do Norte é um dos municípios do Estado do Amazonas que compõe o interior do estado do Amazonas. Grande parte do estado abriga uma reserva florestal diversificada e um volume significativo de água doce do Rio Javari. O acesso a região é feito principalmente por via fluvial (MONTEIRO, 2008). Este estado abriga diversas áreas de reservas indígenas em que culturas e tradições são mantidas pelos grupos.

O Município de Atalaia do Norte localiza-se no interior do estado do Amazonas, fundado em 1943 no seringal Cametá. Inicialmente Atalaia do Norte era comarca de Benjamim Constant, tornando-se, mais tarde, pela Lei Federal nº 96, de 19 de dezembro de 1955 o município de Atalaia do Norte.

Em 4 de junho de 1968, pela Lei Federal nº 5.449, o município foi qualificado como área de segurança Nacional. O Município de Atalaia do Norte está situado na região norte do Brasil, localizado a Oeste do Estado do Amazonas e, de acordo com a divisão



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



regional do Estado, integra a 1ª sub-região, denominada Alto Solimões, ocupando uma área de 76.354,985 Km².

A sede municipal localiza-se na margem direita do Rio Javari, a 80 m acima do nível do mar, sendo a mais ocidental cidade amazonense, com uma população de 18.599 mil habitantes aproximadamente de acordo com as informações prestadas pela Defesa Civil de Atalaia do Norte - AM.

Neste município encontram-se várias etnias indígenas como Marubo, Mayuruna, Matis, Canamari, Culina e Curubo. Embora haja várias etnias, os dados foram coletados apenas com 06 (seis) professores indígenas da etnia Marubo, Matis e Mayuruna ambos de estatura baixa, pele morena, cabelos negros e lisos, descendentes legítimos dos nativos e falantes de suas línguas maternas assumindo-as como primeira língua (L1) e a língua portuguesa como segunda língua (L2).

Este artigo vem apresentar a necessidade de compreender como está a Educação Escolar indígena do Município de Atalaia do Norte, no Alto Solimões, Amazonas, tendo como foco a organização escolar, qualidade e funcionamento.

A metodologia da pesquisa embasou-se no enfoque qualitativo fenomenológico da pesquisa de campo, utilizando-se do instrumento da entrevista semiestrutura que fora aplicada com professores indígenas da educação básica de Atalaia do Norte, tanto da rede municipal, quanto estadual de ensino, a partir de suas anuências e Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos – TCLE.

Perfil dos professores indígenas do Município de Atalaia do Norte

A priori, far-se-á necessário entendermos qual o perfil destes professores que atuam na rede municipal ou estadual do Município de Atalaia do Norte, pois, é relevante para compreender a qualidade da educação oferecida nas comunidades indígenas.

A educação formal escolar indígena além de ser oferecida na sede do município também é ofertada nas aldeias. Nas aldeias a maioria dos professores se consideram indígenas.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



A grande maioria dos professores indígenas ainda possuem nível superior para o exercício da profissão. Porém, exercem a profissão legalmente por via de concurso público ou contratação de professor.

O indígena através de um processo de formação poderá desempenhar sua função de educador de uma forma consciente, devido isto é importante frisar que embora haja o reconhecimento dos saberes tradicionais para a educação, os professores devem estar também instruídos pelo saber científico para que possam ao longo dos anos desenvolver métodos pedagógicos e desempenhar juntamente com seus alunos um ensino aprendizagem de qualidade.

Porém, esta não é a realidade encontrada nas 57 (cinquenta e sete) comunidades indígenas deste município, pois o mesmo tem cerca de 78 (setenta e oito) professores indígenas em exercício, onde apenas 34 (trinta e quatro) encontram-se em processo de formação em Licenciatura Intercultural Indígena. Percebe-se que há um déficit e uma lacuna no direito da qualificação profissional como um viés da qualidade da educação escolar indígena.

Os professores do município de Atalaia do Norte tem aproximadamente 32 (trinta e dois) a 54 (trinta e quatro) anos de idade. Esses professores falam a língua materna e a língua portuguesa em suas relações sociais, principalmente quando se encontram fora de suas comunidades indígenas.

As condições de trabalho que vivem os professores indígenas da rede Municipal/Estadual do Município de ATN

Com a chegada da educação sistemática nas comunidades de Atalaia do Norte o processo educativo formalizado vem crescendo paulatinamente e tomando espaço cada vez mais acentuado. Com isso a educação Indígena passou a ser um tema de grande repercussão e reflexão, no entanto o objetivo da educação não é diminuir o conhecimento já adquirido nas comunidades indígenas, mas, somar para que o indígena possa ter seus direitos cidadãos garantidos.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



A educação escolar para os indígenas é uma oportunidade de se apropriar dos conhecimentos não indígenas importantes para suas sobrevivências na sociedade brasileira na conquista de suas autonomias e direitos de serem indígenas com suas tradições, costumes e valores culturais.

Entende-se então que a educação é um direito assegurado a todos, indígenas ou não indígenas, portanto, além de oportunizada deve ser qualificada, organizada e deve funcionar de forma eficiente e eficaz. Não há educação formal sem um local apropriado para que a mesma se desenvolva, pensando nisto constata-se que o município de Atalaia do Norte abriga cinquenta e sete comunidades indígenas, no entanto apenas 45 (quarenta e cinco) possuem escolas, ou seja, 12 (doze) comunidades não dispõem de uma escola que promova a educação sistemática de qualidade. Embora nem todas as comunidades estejam preparadas com uma estrutura física a educação básica no município é ofertada e muitos indígenas participam da escola na cidade.

Sendo assim, existe a necessidade de um local adequado para que a educação formal aconteça, e neste município encontra-se uma realidade diferente do que se espera de escolas preparadas e equipadas para oferecer um ensino de qualidade, pois, além da quantidade minoritária de escolas, as mesmas em sua maioria são na própria maloca, na casa do cacique ou em casas de madeira construídas pela prefeitura. Segundo o professor as condições escolares não estão favorecendo para o desenvolvimento educativo na aldeia Lobo alto Jaquirana.

Quando eu comecei a trabalhar na nossa comunidade não tinha escola no ano de 2016, a gente dava aula na casa dos parentes, por aí, mas agora fizeram uma de madeira, a escola é quente e as vezes não tem como trabalhar por que é só coberta de zinco, mas não impede da gente trabalhar, assumimos o nosso compromisso e fazemos o possível e o impossível (Carlos Binan Mayuruna, 34 anos, entrevista, março de 2018).

As justificativas que se apresentam para explicar a ausência de escolas nas comunidades indígenas versam sobre os desafios de ordem geográfica que dificultam o



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



acesso e chegada de materiais até a escola, de ordem financeira, justificada pela falta de recursos e além do acréscimo e do custo muito mais alto para a construção de escolas.

A Secretária de Educação a esse respeito nos informa que a:

Cada liderança de etnia que nos procuram na sede da cidade já nos trouxeram uma demanda de construção de escolas. Quando eles vem e nos procuram já trazem o desenho de como gostaria que fosse a escola. Porém, temos uma grande dificuldade de construir escolas em comunidades mais distantes, já aconteceu de empresas assumirem e em seguida abandonam os projetos e nós ficamos sem as obras, ou muitas delas inconclusas (Maria Edmar T. Ferreira, 52 anos, entrevista, junho de 2017).

As condições de funcionamento das escolas nas comunidades indígenas são precárias, vejamos o que diz o professor: “a minha escola é de madeira e lá não tem bebedouro, fogão para fazer merenda, não dispomos nem de materiais pra dar aula como pincel, impressora e grampeador” (Domingos Doles, 34 anos, entrevista, junho de 2017).

Ainda sobre as condições das escolas um dos professores da etnia Marubo nos informa que: “a minha escola Municipal Tamãyaka é feita de Paxiúba e foi construída pela comunidade”. As condições de infraestrutura das escolas localizadas nas comunidades indígenas se diferenciam e muito das escolas que se encontram na sede.

Vale enfatizar que as contradições nas condições físicas das escolas é um fator que implica diretamente no processo ensino aprendizagem das crianças. Outro fator é a logística para o acesso às comunidades indígenas que acaba interferindo negativamente no desenvolvimento educacional escolar, pois o meio de locomoção da sede as aldeias indígenas só pode ser feitos por meio fluvial ou aéreo, implicando diretamente num acesso mais rápido.

Outra condição que merece destaque é quanto aos recursos humanos profissionais, principalmente o de professor para atuar em diferentes disciplinas que fazem parte do currículo da educação básica. A falta de professores formados e qualificados nas diversas áreas de conhecimento obriga a contratação de professores com nível de ensino



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



fundamental e médio o que agrava certamente o processo educativo escolar de Atalaia do Norte.

Para os professores indígenas eles vivem constantemente os desafios para o exercício de suas profissões, é um constante recomeço, pois, é na prática que eles vão construindo e aperfeiçoando suas práticas. Essa condição de uma ausência de professores qualificados nos leva a questionar a qualidade da educação escolar indígena, que na voz dos professores a educação:

Tem qualidade sim, nós começamos do zero e hoje estamos aprendendo no trabalho a ensinar, eu consegui me qualificar em nível superior e através do meu estudo da pra gente almejar alguns princípios de qualidade, estamos assumindo a educação escolar indígena do zero de formação, zero de materiais, mas hoje estamos vendo a qualidade. O que falta como eu falei são os materiais que são essenciais para o nosso trabalho (Alciney R. Dorlis, 35 anos, entrevista, Março de 2018)

A ausência de professores formados faz com que aqueles que desejam exercer a profissão se arrisquem a aprender no próprio cotidiano escolar. O zero a qual Alciney refere-se diz respeito também a essa educação que há pouco tempo passou a existir na sua comunidade. A falta de recursos pedagógicos dificultam o processo ensino aprendizagem.

De acordo com a secretária de Educação deste município, o mesmo tem se preocupado em oferecer uma educação bilíngue para que seja cumprido o artigo 210 da Constituição Federal que vem assegurar o direito a educação escolar específica e diferenciada ao aluno indígena, assim, se faz necessário implantar na estrutura educacional indígena uma educação bilíngue e intercultural.

Mesmo sendo assegurado por lei aos indígenas o direito a aulas bilíngues durante toda a sua trajetória escolar a nível fundamental e médio, pode-se constatar que isto não ocorre sempre. A secretária de Educação de Atalaia do Norte Maria Edmar Tenazor Ferreira afirma que “atendemos a essa primeira exigência pelo menos para trabalhar a alfabetização da criança.” (Maria Edmar Ferreira, 52 anos, entrevista, junho de 2017).

De acordo com a Constituição Federal de 1988. Art. 210. § 2º “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1988, p.143). Esse artigo da Constituição Federal sinaliza para a importância de se ter professores indígenas trabalhando em comunidades indígenas na perspectiva de se manter e praticar a língua materna para o fortalecimento das identidades indígenas.

As escolas das comunidades indígenas seguem o mesmo calendário da sede. Todavia, o calendário oficial flexibiliza poucas alterações de adequações às realidades indígenas.

Outra condição que implica na autonomia escolar indígena são os Projetos Políticos Pedagógicos Escolares. De acordo com as informações da secretária de educação os projetos estão sendo discutidos, mas não finalizados, encontram-se em processo de construção junto às comunidades escolares indígenas.

Nota Conclusiva

Ressalta-se que este artigo apresentou as concepções dos professores indígenas acerca da educação indígena, tendo em vista as suas condições de trabalho, organização, qualidade e funcionamento. E ao buscar compreender o processo educativo escolar indígena e aprendizagem, fora possível obter algumas considerações sobre o assunto.

Evidenciamos neste sentido que a Educação Indígena é de suma importância para o desenvolvimento do aluno indígena, mas que esta educação deve ser oferecida de forma qualificada e organizada para que atinja as finalidades educacionais legais.

Fora também reconhecido a importância de formar e profissionalizar estes educadores para que desempenhem seu papel formando alunos críticos reflexivos, capazes de discutir temas das mais diversas naturezas, é importante também para que possam educar de forma mais consciente e qualificada, podendo desenvolver suas autonomias e possibilitar melhorias no âmbito educacional de suas comunidades.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Percebe-se neste sentido que a educação no Município de Atalaia do Norte necessita de um olhar mais aprofundado pelo poder público para fazer acontecer a educação como ela realmente deve ser, além da educação se encontrar precária tanto nas estruturas escolares, quanto no quesito de ausência de professores formados e capacitados para exercer esta função educacional.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Referências

ALMEIDA, E. A. de; SILVA, R. H. D. da. A Política de educação escolar indígena na década de 90. **Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM**, n°1, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, 05 out. 1988.

BRASIL. **Referenciais para a formação de professores indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental Brasília: MEC/SEF, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (coleção primeiros passos).

FREITAS, Marcílio de (Org.). **Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza**. Manaus: EDUA, 2005.

_____; SILVA, Marilene Corrêa da. **Estudos da Amazônia Contemporânea: dimensões da globalização**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2000.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias – Brasília** : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

LEITÃO, R. M. **Estudantes indígenas em escolas de branco: expectativas e dificuldades**. In: OLIVEIRA, Dijaci David de et al. 50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados. Brasília/Goiânia: MNDH/ Cegraf, 1999.

MONTEIRO, Vaubel Mafra Carneiro (coord.). **Guia dos Municípios do Amazonas** Publicação associação amazonense dos municípios. 1ª ed. Impressão editora Sergio Cardoso. 2008.

SILVA, Antônia Rodrigues da. **Concepções e práticas de Educação Escolar Indígena: institucionalidade, estado da arte e escolarização dos Tikuna no Alto Solimões – AM**. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SILVA, Marilene Corrêa. **Metamorfose da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2013.